

# Jefferson ataca saúde estatizada

1987  
10/01

- 1 OUT 1987

CORREIO BRAZILIENSE

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) defendeu ontem a necessidade de profundas modificações no anteprojeto constitucional, no que tange à área de saúde. Segundo o parlamentar, o atual texto inviabiliza a medicina privada, transformando o médico num concessionário de serviço público, como se fosse um motorista de táxi. O parlamentar já apresentou cinco pedidos de destaque a emendas de sua autoria que, de acordo com ele, corrigirão as falhas do anteprojeto caso sejam aprovadas na Comissão de Sistematização.

Argumentou o deputado fluminense que a estatização será prejudicial ao setor de saúde e principalmente à população. De acordo com Jefferson, o modelo de medicina que está propondo no anteprojeto é o da Nicarágua, que foi elaborado pelo atual secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Arouca. "Só que lá não deu certo e aqui também não dará se forem mantidos esses dispositivos no projeto de Constituição.

Na opinião do parlamentar, o governo deve se ocupar de estabelecer diretrizes e normas para o serviço de saúde. Propõe Jefferson que deve ser criado um sistema público único que atue conjuntamente com o setor médico privado. Ao setor estatal de saúde, caberia segundo o petebista, controlar e fiscalizar a produção de medicamentos, além de incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico na área. Jefferson pretende ainda que o Estado tenha como meta prioritária a parte primária de saúde, ou seja: saneamento básico e combate às endemias e epidemias.

Ao comentar dispositivo que proíbe a utilização de verbas públicas em entidades privadas, o deputado acentuou que o Governo não é capaz hoje de arcar com suas tarefas. "O país conta atualmente com 4.500 hospitais representando 10 por cento do seu Produto Interno Bruto. Se não puder repassar recursos públicos, como é que vai ser feito o atendimento" — indagou. O Estado não pode bloquear a medicina".

Logo depois o petebista criticou artigo do anteprojeto constitucional que cria, em sua opinião, uma estatal de importação de medicamentos e da pesquisa em saúde. "Estão fazendo um superministério. Eles vão sepultar a pesquisa e regressar a medicina do País em pelo menos 100 anos. Vão desgraçar o que está começando a dar certo — acusou. Disse o deputado fluminense que em nenhum país da Cortina de Ferro, onde a pesquisa é feita por entidades estatais, um médico recebeu o prêmio Nobel da Paz, enquanto no Ocidente a situação é diversa.

O deputado alertou que a persistir a atual situação, a nova Constituição provocará o fechamento dos hospitais particulares. Segundo ele, a rede hospitalar privada detém 80 por cento dos leitos brasileiros que custam ao Inamps 47 por cento de seu orçamento, enquanto os vinte por cento restantes que pertencem ao Estado representam mais de 50 por cento do orçamento do Instituto. Jefferson acusou o Inamps de fisiologismo. "Só no Rio de Janeiro tem cinco mil médicos do Instituto que não têm leito para trabalhar e são protegidos de políticos" — frisou o petebista.

